

Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística

Historiographical and methodological course of Geolinguistics

Valter Pereira Romano*

Resumo: Originalmente inserida no âmbito dos estudos históricos da língua, como um método da Dialectologia, a Geografia linguística, modernamente denominada Geolinguística, pode ser considerada como uma área de interesse que, atualmente, reclama status de subdisciplina, uma vez que não se confunde com a Dialectologia, embora se valha do método cartográfico para representação diatópica dos dialetos e expressões linguísticas. Desse modo, o artigo apresenta, com base na revisão da literatura, o percurso histórico e metodológico dos principais trabalhos basilares da Geolinguística, área de investigação em franco desenvolvimento tanto no Brasil quanto no exterior. Assume-se, portanto, que o fazer geolinguístico ultrapassa a representação cartográfica, envolvendo outros aspectos metodológicos que devem ser considerados na elaboração dos atlas linguísticos.

Palavras-chave: Geolinguística. Aspectos históricos. Aspectos metodológicos.

Abstract: Originally inserted in the context of language historical studies as a method of Dialectology, the linguistic geography, modernly called Geolinguistics, it can be regarded as an area of interest that currently claims status of subdiscipline, since it is not confused with Dialectology although it is worth the mapping method for diatopical representation of dialects and linguistic expressions. Thus, this work presents, based on the literature review, the historical and methodological approach of the main fundamental works of Geolinguistics, research area developing rapidly both in Brazil and abroad. It is assumed, therefore, that do geolinguistic exceeds the cartographic representation involving other methodological aspects that should be considered in the elaboration of linguistic atlases.

Keywords: Geolinguistics. Historical aspects. Methodological aspects.

* Universidade Federal de Lavras. valter.romano@hotmail.com

Introdução

Notadamente, sabe-se que os estudos linguísticos adquiriram caráter científico a partir da cisão que Saussure estabeleceu entre língua e fala, em seu Curso de Linguística Geral (1916), assumindo, como objeto de estudo da Linguística, a língua. Concebeu-se, assim, um estudo científico da linguagem que teria como tarefa principal estudar, sob um olhar imanente, esse sistema de signos distintivos, passível de ser analisado devido ao seu caráter homogêneo.

O aspecto social da linguagem, individual e por isso heterogêneo e exterior ao sistema, ficou, de certo modo, relegado a segundo plano pelos linguistas de primeira hora (Saussure, Bloomfield, Jakobson, Noam Chomsky) e somente veio a ser retomado de forma sistemática a partir da instituição de outras áreas de interesse. Nesse cenário, surgem trabalhos como os de William Bright (1966), J. A. Fishman (1972) e, sobretudo, as pesquisas do linguista americano William Labov (1966), que inauguraram uma nova área de estudos, a Sociolinguística, seja sob a perspectiva variacionista (LABOV, 1966), seja sob o ponto de vista interacional (GUMPERZ, 1996).

Todavia, vale lembrar que a heterogeneidade da linguagem e a consciência da variação linguística foram reconhecidas muito tempo antes do incremento prodigioso da Sociolinguística e até mesmo antes da instituição da Linguística como ciência, pois, já no fim do século XIX e início do XX, trabalhos de natureza dialetal e geolinguística preconizavam as diferentes formas de falar considerando aspectos sociais e, principalmente, regionais.

Por outro lado, de acordo com Valcárcel Riveiro (1998, p. 393), “a evolución teórica da xeolingüística tradicional, lonxe de consolidala com subdisciplina da linguística, desembocou num grave colapso nos anos pós-guerra”, pois seu caráter naturalista e historicista impediu, a princípio, “a asunción en xeolingüística de enfoques sociais e sincrónicos”, o que propiciou o nascimento da Sociolinguística a partir de uma Geografia linguística limitada em sua tradição. Segundo o autor:

O xurdimento da sociolinguística respondía así ó auxe que cobran a partir dos anos 60 os estudos de corte social. Por outra banda, historicismo e excepcionalismo impedían unha análise sincrónica da variación a nivel espacial, esta só se describía. A sociolinguística axiña se ocupou de abordar de vez esta análise, pero obviando, como lóxico, as variables espaciais e centrándose nas sociais. Así, mentres a sociolinguística ía desenvolvendo rapidamente unha metodoloxía e unha teoría propias, a xeolinguística ficou acantoadada na súa tradición, limitada por ela a uns enfoques parciais e descritivos (VALCÁRCEL RIVEIRO, 1998, p. 393).

Nesse sentido, este texto objetiva presentar, com base na revisão da literatura, a forma como a heterogeneidade da linguagem era reconhecida desde a Antiguidade até o surgimento de uma nova área de estudo, a Geografia Linguística, modernamente denominada Geolinguística. Busca-se fazer o resgate histórico e metodológico da Geolinguística considerada, neste texto, como uma área específica de interesse e não apenas um método da Dialectologia, haja vista que, atualmente, o fazer geolinguístico ultrapassa a representação dos dados em mapas especiais, embora se valha do método cartográfico para documentar formas e expressões linguísticas, adentrando-se, dessa forma, “aos veios sociolinguísticos” (CARDOSO, 2010), considerando a pluridimensionalidade (THUN, 1998) da variação linguística.

1. Breve resgate histórico do espaço da heterogeneidade nos estudos linguísticos¹

É consenso que a variação e a mudança linguística são características inerentes a todas as línguas, ou seja, as línguas variam e, conseqüentemente, com o passar do tempo, mudam. A língua que se fala hoje não é inteiramente igual à que se falava há 25, 50 ou 100 anos atrás. Segundo Coseriu (1991, p. 76),

[...] as palavras mudam continuamente; não só do ponto de vista fônico, mas também do ponto de vista semântico, uma palavra nunca é exatamente a mesma; diríamos melhor que uma palavra, considerada em dois momentos sucessivos de sua continuidade de emprego numa comunidade, não é *ni tout à fait une autre, ni tout à fait la même* [nem totalmente uma outra, nem totalmente a mesma] [...] em nenhum momento se pode fixar um sistema estático concreto, porque em cada momento o sistema se quebra para constituir-se e romper-se novamente – essa mudança contínua é, precisamente, o que chamamos a realidade da linguagem.

¹ As informações históricas sobre as obras e autores clássicos mencionados no texto foram embasadas, fundamentalmente, em Jordan (1962), Miazzi (1972) e Câmara Jr. (1975), constantes das referências.

No entanto, a língua não está sujeita apenas à ação do tempo no processo de variação e mudança, mas também a outras variáveis tais como sexo, faixa etária, escolaridade etc. conforme atestam as pesquisas de cunho sociolinguístico. Dentre as diversas variáveis que influenciam na variação linguística, encontra-se a variação horizontal ou diatópica, que subjaz aos demais tipos, uma vez que o indivíduo situa-se em determinado espaço geográfico, o que também determina a variedade linguística que utiliza.

Nesse sentido, já se observa na Antiguidade Clássica a preocupação em descrever as variações de um espaço para o outro. Brandão (1991, p.7) observa que os gregos já distinguiam quatro variantes regionais de sua língua – o eólico, o jônico, o dórico e o ático. Também entre os romanos encontram-se menções da variabilidade de natureza social, conforme testemunham alguns escritos latinos que apresentam a linguagem corrente em subclassificações, como *sermo urbanus*, *sermo plebeius*, *sermo rusticus*.

Vale notar também que os clássicos (gregos e romanos) se preocupavam com a ‘deterioração’ do idioma que apresentava diferenças conforme o nível social dos indivíduos, criando, desta forma, gramáticas a fim de preservar as formas eruditas, consideradas ideais para a comunicação. Essa noção da gramática que prima pelos princípios de uma língua ‘correta’, portanto, incorruptível, perpassou toda a Idade Média e adentrou a Idade Moderna e a Contemporânea, e sua presença no meio social sempre agiu como um guia de regras do ‘bem falar’ e ‘bem escrever’.

Simultaneamente aos estudos de cunho gramatical das línguas, desenvolveram-se também os estudos filológicos de textos antigos. Já nos tempos modernos, os países começaram a se interessar pela sua própria língua, criando instrumentos de gramatização² dos vernáculos. Como exemplo, tem-se a primeira gramática da língua espanhola: *Arte de Lengua Castellana*, de autoria de Elio Antonio de Nebrija, datada do ano de 1492. Assim, estava incutida na mentalidade dos estudiosos da época a noção de variabilidade e a

² “Processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65)

mutabilidade linguísticas e a necessidade de padronização de uma forma ideal de prestígio.

No final do século XVI e início do XVII, começaram a aparecer trabalhos que denotaram, de forma mais contundente, certa consciência da familiaridade entre as línguas. Segundo Miazzi (1972, p.21), Celso Cittadini, na sua obra *Trattato della vera origine e del processo a nome della nostra língua* (1601), declara a existência do latim culto e do latim vulgar e, deste último, teria derivado o italiano. Ainda segundo a autora, no século XVII, seguindo esta mesma vertente histórica da língua, encontra-se a obra de Bernardo Aldrete: *Del origen, y principio de la lengua castellana o romance que oi se usa em España* (1606), na qual o autor trata do processo de romanização da Península Ibérica, ressaltando o parentesco do espanhol com o português, italiano, francês etc. Seguindo essa mesma perspectiva, no que se refere ao português, tem-se a *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, publicada também em 1606. Mas, segundo Câmara Jr. (1975, p.41), somente nos fins do século XVIII verifica-se o esforço em comparar e classificar as línguas de acordo com sua origem hipotética o que viria, no século XIX, a se tornar um método de estudar a língua: o método histórico-comparativo.

Jordan (1962) anota que, dentre os linguistas pioneiros que trabalharam sob a perspectiva histórico-comparativa, encontra-se o dinamarquês Ramus Rask (1811) com seu trabalho *Investigação sobre a Origem do Antigo Nórdico ou Islandês*. Mais tarde, com a descoberta do sânscrito, o estudo histórico-comparativo veio a se firmar nos estudos linguísticos, sobretudo, com os trabalhos de Franz Bopp (1816) e Friedrich von Schlegel (1808), entre outros.

Paralelamente aos estudos comparativos do século XIX, estavam em alta as teorias darwinianas evolucionistas, o que influenciou alguns linguistas que transferiram para a língua uma visão 'biologizante', considerando-a como um organismo natural e, conseqüentemente, enquadrando a Linguística dentro das ciências naturais. Esses estudiosos davam especial atenção à fonética, restringindo o estudo de toda a língua ao estudo dos sons. O indo-germanista August Schleicher (1821-1868) foi um dos representantes desse grupo.

Em contraponto a essa visão natural dos fatos linguísticos, encontram-se estudiosos como Friedrich Diez (1794-1876) e outros que afirmavam que a fala humana é, sobretudo, um produto meramente mental, embora seja material nos sons. Do conflito dessas duas vertentes, a natural e a psíquica, surgiu um grupo de linguistas denominados *neogramáticos*.

Os neogramáticos foram reacionários aos estudos comparatistas que buscavam a língua primitiva indo-europeia. Para eles, era necessário estudar as línguas vivas atuais e os dialetos, o que propiciaria observar com facilidade o elemento psíquico da língua, pois são falados em nosso tempo.

Esse grupo de linguistas, relacionados à Universidade de Leipzig (Alemanha), enfatizava a importância da fonética para o estudo histórico da linguagem. Afirmavam que todas as mudanças fonéticas são explicadas por leis que não permitem exceção, leis estas regulares que atingem todas as palavras da língua. Para os neogramáticos, o que não podia ser explicado pelas leis explicava-se por analogia, ou seja, tinham uma concepção mecânica e ao mesmo tempo psíquica da língua. Em outras palavras, na linguagem humana atuam duas forças: uma psíquica (analogia) e outra de natureza física ou mecânica (as leis fonéticas). Entre os principais representantes da escola neogramática encontram-se Herman Paul (1846-1921) e Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936).

Devido ao radicalismo dos neogramáticos, alguns linguistas reagiram a essas ideias, como o linguista italiano Graziadio Isaia Ascoli (1829-1907) e o alemão Hugo Schuchardt (1842-1927).

Ascoli foi contra os neogramáticos por darem demasiado valor à analogia, ao passo que muitas mudanças fonéticas poderiam ser descritas pensando-se nas próprias condições em que cada palavra se encontra, ou seja, um mesmo som ou grupo de sons pode evoluir diferentemente conforme a palavra e o contexto em que está inserido. Para Ascoli, as causas das variações de uma palavra para outra e de um dialeto para outro são de inúmeras espécies: acento, o contexto anterior e/ou posterior, a ligação sintática, a influência de dialetos vizinhos, entre outras. Segundo o linguista

italiano, a analogia que os neogramáticos usavam para justificar as mudanças fonéticas que não se enquadravam nas leis, era, no fundo, também uma transformação fonética. Assim, considerou os neogramáticos repetidores dos conceitos de linguistas antigos, embora com uma nova nomenclatura. Hugo Schuchardt também concordou com o pensamento de Ascoli contra o radicalismo dos neogramáticos, combatendo, principalmente, o conceito de leis cegas em Linguística, pois, para ele não podem ser empregadas no mesmo sentido em que são usadas nas ciências naturais.

Entretanto, observa-se que as teorias neogramáticas significaram um progresso real em relação ao estado anterior dos estudos linguísticos, principalmente, por reconhecerem a necessidade de estudar as línguas e os dialetos vivos, de considerar o elemento psicológico na origem das transformações linguísticas e da existência da língua nos e pelos homens que as falam.

Assim, de acordo com Iordan (1962), o combate dos adversários aos neogramáticos só foi possível devido às investigações dialetais realizadas *in loco* que forneceram abundante material para análises e discussões. Diante dessa realidade, os próprios neogramáticos precisaram se retratar quanto à tamanha importância dada às leis fonéticas e admitir que em “todas as línguas encontram-se palavras arcaicas preservadas com o tempo” (IORDAN, 1962, p.45).

2. Um novo modo de estudar a língua: o surgimento da Geografia Linguística

É inegável a grande contribuição dos neogramáticos para os estudos da linguagem, mas foi a oposição a essa corrente historicista que permitiu o desenvolvimento dos estudos linguísticos sob outras perspectivas. Inicialmente, reconhece-se que os estudos dialetais estavam inseridos no método diacrônico, pois, antes mesmo de surgirem os neogramáticos, Ascoli já havia estudado os dialetos italianos.

Segundo Jordan (1962, p.33), foi Ascoli quem “criou a Dialectologia italiana, dando-lhe foros de verdadeira ciência, devendo, por conseguinte, ser considerado o fundador da dialectologia românica em geral”. Ascoli acreditava que a observação dos fenômenos linguísticos em uma língua viva fornece dados seguros pelos quais se pode chegar a estados anteriores à sua transformação, enquanto o inverso não é possível. Porém, foi na França e na Suíça que a investigação dialetal teve a sua revolução, onde, já desde o início do século XIX, surgiram alguns trabalhos esporádicos dos dialetos populares. Uma importante obra desse período foi a do Abade P. J. Rousselot, *Modifications phonétiques du langage étudiées dans le patois d'une famille Celfrouin* (1891), na qual afirma que a fala humana não é uniforme dentro de um pequeno grupo – dentro de uma família – ainda mais se considerarmos um grupo maior, uma aldeia ou uma cidade. Outro trabalho análogo – *L'unité phonétique dans le patois d'une commune* – foi publicado em 1805 pelo estudioso suíço Louis Gauchat (1866-1942).

Nos primeiros trabalhos dialetais, os estudiosos selecionavam determinada localidade e colhiam dados dos falantes locais, priorizando os sons, a gramática e, em menor escala, a sintaxe, não dando muita atenção para o vocabulário. O material recolhido era comparado com os de outros dialetos por meio da consulta a glossários e era explicado com o auxílio das tradicionais gramáticas.

Tornava-se necessário um método mais prático e rápido para fazer este estudo comparativo. Foi então que surgiu, quase que espontaneamente, um novo modo de fazer esta comparação, registrando “en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria em una red de puntos de un território determinado” (COSERIU, 1991, p.104). O conjunto desses mapas linguísticos vai constituir o que comumente se chama de atlas linguístico.

3. Os atlas linguísticos e a consolidação de uma nova área de interesse³

Embora não tenham surgidos na França os primeiros atlas linguísticos⁴, o berço da Geografia Linguística é reivindicado por esse país devido ao bem sucedido *Atlas linguistique de la France* (1909) – ALF – de autoria de Jules Gilliéron e Edmont Edmond (1854-1926). Como obra continuadora do ALF, Gilliéron e Edmont elaboraram o *Atlas linguistique de la Corse* entre 1914-1915, que pode ser considerado muito mais rico devido à pequena extensão territorial e à experiência adquirida no trabalho anterior com o ALF.

Outra obra precursora da Geografia linguística é o *Atlas linguístic de Catalunya* (1923), de autoria de Antoni Griera, também considerado como um trabalho continuador do ALF pelo fato de a área linguística catalã ser um prolongamento geográfico do Galo-românico, abrangendo parte da França, ultrapassando a fronteira política entre França e Espanha, contemplando grande superfície da Península Ibérica e ao longo do Mediterrâneo. Diferentemente dos outros atlas, Griera trabalhou sozinho na coleta de dados e na elaboração dos mapas, seguindo o modelo de questionário de Edmont.

O Atlas linguístico etnográfico da Itália e da Suíça meridional foi realizado pelos linguistas Karl Jaberg (1877-1958) e Jakob Jud (1882-1952) que publicaram o primeiro volume em 1928 e o último em 1940. Diferentemente de Gilliéron, os autores escolheram três linguistas para realizar a coleta de dados nas regiões pesquisadas. Um para o centro-norte da Itália e o sul da Suíça, outro para a Itália meridional e a Sicília e um terceiro para a Sardenha. Este atlas não se limitou à investigação linguística; incluiu também a etnográfica e estudou as palavras relacionadas com as coisas.

O Atlas Linguístico Romeno foi dirigido por Sextil Puscariu (1877-1948) e realizado por Sever Pop e Emil Petrovic que percorreram todo o território

³ Para informações detalhadas das obras precursoras da Geolinguística, consulte Jordan (1962).

⁴ A primeira tentativa de elaboração de um atlas linguístico foi a do alemão Georg Wenker (1852-1911) que, influenciado pelos pressupostos dos neogramáticos, ocupou-se da fonética para verificar fronteiras dialetais da Alemanha Setentrional e Central. Outra tentativa de elaboração de atlas foi a de Gustav Weigand (1860-1930) que, em 1909, publicou o Atlas Linguístico Daco-romeno (*Linguisticscher Atlas des dacorumänischen Sprachegebiets*). Este atlas representou um progresso em relação ao de Wenker porque o método de inquirição foi direto, tendo sido, também, muito criticado, porque quando o atlas de Weigand estava pronto, a obra de Gilliéron - o *Atlas linguistique de la France* - já estava quase totalmente publicada.

linguístico romeno entre os anos de 1930 a 1937 aplicando questionários distintos em duas redes de pontos linguísticos. O material recolhido foi reunido em dois atlas: o *Atlasul linguistic Român Partea I* e o *Atlasul linguistic Român Partea II* (ALR I e ALR II). Desses dois atlas foram elaborados dois micro atlas, o *Micul Atlas linguistic Român, Partea I* e *Micul Atlas linguistic Român, Partea II* (ALRM I e ALRM II).

O *Atlante linguístico italiano* (ALI), projeto elaborado antes de 1914 por Mateo Bartoli (1873-1946), abrange uma rede de pontos de 1000 localidades onde foi aplicado um questionário de 3630 perguntas. Esse atlas por um tempo foi interrompido e, em 1947, foi constituída uma nova comissão integrada por Giuseppe Vidossi (1878-1969) e B. Terracini (1886-1968), ambos da universidade de Turim. Os primeiros sete volumes deste atlas somente vieram a ser publicados entre os anos de 1995 a 2008. No *website*⁵ do atlas, encontram-se informações sobre o andamento dos trabalhos do ALI.

A recuperação desses primeiros atlas linguísticos permite retomar o berço dos estudos geolinguísticos e algumas diferenças metodológicas dos trabalhos. Essa área de estudos aos poucos foi conquistando novos adeptos, novos territórios e novas dimensões, culminando numa série de trabalhos de pequeno, médio e de grande porte. Vale ressaltar, por exemplo, o grandioso *Atlas Linguarum Europae (Atlas das Línguas da Europa- ALE)* que abrange todo um continente e o *Atlas Linguístico Românico (Atlas Linguistique Roman – ALiR)*, que persegue o caminho das línguas românicas na Europa, verificando sua distribuição no espaço geográfico.

4. O caminho da pluridimensionalidade

À medida que os estudos de Geografia Linguística começaram a se desenvolver, a metodologia da pesquisa se aprimorava, diferenciando-se conforme a época, os objetivos do trabalho e a região pesquisada. Assim, os

⁵ Disponível em: <http://www.atlantelinguistico.it/home.html>

estudos geolinguísticos saíram do domínio exclusivamente europeu, influenciando também outros continentes.

Na América, por exemplo, Hans Kurath (1939) com seus colaboradores elaboram o *Linguistic Atlas New of England* (LANE), principal resultado do Atlas Linguístico dos Estados Unidos da América e Canadá, inovando quanto ao critério de escolha dos informantes, somando ao aspecto geográfico, o social, o que evidencia relações entre os dados linguísticos e os dados de cunho sociocultural. Assim, os informantes foram selecionados considerando o estrato social (escolaridade) e a faixa etária (jovens, meia idade e idosos). Sobre o LANE, de acordo com Cardoso (2001):

Se com Wenker e no atlas da Alemanha se consagra a relevância da intercomparabilidade de dados e com o atlas de Gilliéron se assenta a importância da inquirição *in loco*, ao passo etnolingüístico dado por Jud e Jaberg no atlas ítalo-suíço se pode acrescentar outro avanço significativo trazido por Hans Kurath: a escolha de informantes que não apenas representassem os pontos constituintes da rede de localidades definida por região a partir de uma única faixa etária ou de um estrato social também único, mas que trouxessem também um aporte sociocultural e etário (CARDOSO, 2001).

Dessa forma, a partir dos anos 60, os estudos geolinguísticos tomaram uma nova orientação, pois passaram a inserir alguns pressupostos metodológicos da Sociolinguística, agregando, à variável diatópica, variáveis sociais. Sobre esse assunto, Brandão (1991) faz as seguintes considerações:

Assim, hoje, torna-se imperativo, por exemplo, incluir, entre os critérios de escolha dos indivíduos que servirão de informantes para a formação do *corpus* de um atlas linguístico, variáveis como idade, sexo, nível de instrução, ou mesmo situação socioeconômica, a fim de que se revelem ao máximo as particularidades do sistema dialetal focalizado e se possam melhor conhecer os condicionamentos socioculturais que presidem à distribuição geográfica dos fenômenos linguísticos (BRANDÃO, 1991, p. 26).

Além das variáveis sociais, fez-se necessário incluir diferentes níveis de interlocução, como discursos livres com temas para que os informantes os desenvolvessem e textos de leitura, buscando, dessa forma, a variação diafásica.

Essa nova tendência de verificar o fenômeno da variação linguística veio constituir a Dialetoлогия pluridimensional, conceito desenvolvido por pesquisadores alemães como Edgar Radtke e Harald Thun, da Universidade de Kiel.

Thun (2005) classifica os atlas linguísticos segundo a quantidade de dimensões da variação contempladas por ele. Por exemplo, o atlas linguístico de Wenker e o atlas de Gillieron têm como característica marcante a arealização dos dados linguísticos, ou seja, contemplam exclusivamente a variação diatópica, portanto, esses dois atlas são monodimensionais.

Já o Atlas Ítalo-Suíço (AIS) contempla a variação diastrática por meio da arealidade ao incluir informantes de duas classes sociais distintas, podendo, pois, ser classificado como atlas bidimensional por selecionar duas variáveis ou dimensões: a diatópica e a diastrática.

Os atlas linguísticos que contemplam mais de duas variáveis, segundo Thun (2005, p.71), são os denominados atlas pluridimensionais, a nova tendência dos estudos geolinguísticos. Os atlas pluridimensionais podem contemplar até oito dimensões da variação linguística, a seguir apresentadas:

- a dimensão dialingual – quando o atlas envolve duas línguas diferentes;
- a dimensão diatópica – relacionada à topoestaticidade dos informantes, ou seja, informantes naturais da região pesquisada;
- a dimensão diatópico-cinética – que inclui, além de informantes de caráter topoestático, informantes topodinâmicos, ou seja, informantes que migraram de outras regiões para a pesquisada ou que cotidianamente fazem o trânsito entre duas regiões linguísticas;
- a dimensão diastrática – que considera informantes de classes sociais diferentes (classe alta X classe baixa);
- a dimensão diageracional – relacionada a duas ou mais faixas etárias (jovens, idade adulta, idosos);
- a dimensão diassexual – informantes dos dois gêneros (homem X mulher);
- a dimensão diafásica – graus de interlocução diferentes (discurso controlado, discurso livre, texto de leitura, entre outros);
- a dimensão diarreferencial – relacionada a questões objetivas e/ou metalinguísticas da língua.

A maioria dos atlas linguísticos europeus são considerados, essencialmente, monodimensionais, pois não possuem controle sistemático das variáveis sociais, dando privilégio para a dimensão diatópica com base em dados obtidos junto a informantes do tipo *HARAS*, sigla usada pelo professor Mário R. Zágari para se referir ao informante homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário (ZAGARI, 2005, p. 52).

Os estudos geolinguísticos que vêm se desenvolvendo fora da Europa, principalmente, na América do Sul⁶, agregam à Dialetologia conhecimentos advindos da Sociolinguística. Esses novos trabalhos passam a controlar sistematicamente, na coleta de dados, as variáveis sociais, tais como sexo, faixa etária, escolaridade, entre outras. Consideram também na dimensão diatópica, além do informante topoestático, já abordado de maneira tradicional (informantes fixos à localidade), o informante topodinâmico (pessoas oriundas de outras regiões). A dimensão diafásica, como se nota, é incluída no instrumento de coleta por meio de diferentes níveis de interlocução e passa-se a fazer uma Dialetologia urbana, considerando cidades de pequeno e de grande porte. Outra tendência também dos estudos pluridimensionais é incluir áreas de investigação onde há o contato de línguas a fim de “documentar não somente a coexistência de língua e variedades, mas também a mútua influência que exercem umas sobre outras” (RADTKE; THUN, 1991, p.41).

Para Cardoso (2010, p. 64), a Dialetologia pluridimensional encontra o desafio de fazer uma “organização inteligente e racional do grande rol de dados coletados”. O Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay – ADDU (THUN, 2000) é um exemplo de atlas que elaborou uma cartografia pluridimensional, permitindo o cruzamento das variáveis (diatópica, diageracional, diagenérica, diastrática e diafásica) e exibindo os resultados que mostram o comportamento de cada uma delas.

⁶ Sobre a Geolinguística na América Latina, confira Contini (2001-2002). Para uma visão panorâmica da Geolinguística brasileira, confira Romano (2013).

5. Geolinguística: área de interesse ou método?

Tradicionalmente, a Geografia linguística tem sido compreendida como um método da Dialectologia, que é o “estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos” (CAMARA JR., 207, p. 115), cuja técnica mais moderna de pesquisa, ainda segundo o autor é a chamada “Geografia linguística, que consiste em levantar mapas da distribuição geográfica de cada traço linguístico dialetal”.

Para Coseriu (1991), “la expresión geografía lingüística designa exclusivamente um método dialectológico y comparativo que há llegado a tener extraordinário desarrollo em nuestro siglo” (COSERIU, 1991, p. 103). Montes Giraldo (1987) defende o mesmo posicionamento e anota que os métodos principais para o estudo das diversas variantes de uma língua são (i) vocabulários e glossários; (ii) monografias e (iii) atlas linguísticos. Portanto, tanto para Câmara Jr (1975), Coseriu (1991), Montes Giraldo (1987), assim como para García Mouton (1996, p. 63), “la Geografía lingüística no se considera uma ciência em sí, sino um método dialectológico”.

Todavia, face o grande desenvolvimento e o interesse pela elaboração de atlas linguísticos tanto no cenário nacional⁷ quanto no internacional, considerações como as de García Mouton (1996) propõem uma reflexão se de fato o fazer geolinguístico restringe-se a apenas um aspecto metodológico do trabalho dialetal.

Os trabajos que se hicieron después sobre esas ingentes colecciones de materiales han dado frutos espectaculares para toda la Lingüística, no sólo para la Dialectología. A esa segunda etapa de interpretación de los mapas y de teorización, em un momento dado se la há podido considerar disciplina al margen, aunque siempre muy cerca, de la Dialectología (GARCÍA MOUTON, 1996, p.63).

É inegável a contribuição da tradicional Geografia Linguística, modernamente denominada Geolinguística, para os estudos da linguagem, pois revela fotografias autênticas de formas e expressões linguísticas de grandes e pequenos territórios. Reconhece-se a grande contribuição da Geolinguística para o próprio desenvolvimento da Dialectologia, tendo surgido, inicialmente, como um método mais prático e rápido de comparação entre

⁷ Confira Romano (2013).

línguas e dialetos. Contudo, atualmente, o fazer geolinguístico, sobretudo a partir da década de 1990, deixou de ser apenas um passo metodológico, uma vez que a representação da variação linguística em “mapas especiais” (COSERIU, 1991) tem exigido dos pesquisadores mais do que a técnica de cartografia, embora se valha dela para representação dos dados.

Chambers e Trudgill (1994, p. 45) já reconheceram que a Geografia Linguística possuía métodos próprios, tais como questionários, informantes e mapas dialetais. Somam-se a esses métodos, obviamente, requisitos essenciais do pesquisador na realização deste tipo de pesquisa, tais como preparo adequado na realização de inquéritos linguísticos e capacidade intelectual para a exegese dos dados recolhidos, como bem asseveram Brandão (1991), Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (2010)..

O desafio de uma cartografia “inteligente e racional” (CARDOSO, 2010) do grande rol de dados coletados, considerando-se os aspectos sociais incluídos na pesquisa geolinguística que, atualmente, se adentra aos “veios sociolinguísticos”, em decorrência das contribuições da Dialetoлогия pluridimensional (THUN, 1998), tem evidenciado que a cartografia dos dados é apenas um dos métodos reconhecidos em uma pesquisa de cunho geolinguístico. Ademais, a cartografia decorre da elaboração e administração de um banco de dados que permite tratamento quantitativo do material recolhido, bem como também da necessidade de *software* de cartografia já apontado e desenvolvido por Romano, Seabra e Oliveira (2014), no que se refere ao cenário brasileiro.

Ainda sobre tratamento quantitativo de dados geolinguísticos, Valcárcel Riveiro (1998) acrescenta:

Unha das consecuencias inmediatas da permeabilidade e desenvolvemento teóricos da xeolinguística será tamén o xurdimento de enfoques cuantitativos de orientación dialectolóxica. A comezos dos 70 e a partir dos traballos de Jean Séguy, desenvólvese no seo da xeolinguística românica unha metodoloxía dialectométrica moi relacionada con outros métodos ensaiados en xeografía ou mesmo en economía (VALCÁRCEL RIVEIRO, 1998, p. 395).

O fazer geolinguístico, dado o profícuo desenvolvimento dos trabalhos e a bibliografia disponível (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998; CARDOSO,

2002; MARGOTTI, 2008; ROMANO; SEABRA; OLIVEIRA 2014, entre outros) evidencia a existência de uma metodologia já sedimentada para a elaboração de atlas linguísticos. Desse modo, compreende-se que a Geolinguística é um ramo dos estudos dialetais, uma área de interesse subordinada à disciplina maior, a Dialectologia, portanto, uma subdisciplina. O fazer geolinguístico significa, necessariamente, fazer pesquisa dialetológica, uma vez que o objetivo principal é evidenciar formas e expressões linguísticas usadas em determinado espaço geográfico, porém, não se resume à simples representação dos dados em cartas linguísticas. A cartografia é apenas um dos métodos empregados em Geolinguística que, por sua vez, compreende:

- elaboração de questionários com base nos objetivos da pesquisa;
- seleção dos informantes considerando variáveis envolvidas a partir do objetivo da pesquisa;
- treinamento do pesquisador de campo em trabalhos desta natureza;
- aplicação padronizada dos instrumentos de coleta de dados;
- transcrição e revisão de dados geolinguísticos;
- elaboração de bancos de dados geolinguísticos para tratamento quantitativo e/ou cartográfico;
- exegese dos dados levantados para posterior cartografia;
- elaboração de cartas linguísticas, seja com *softwares* computacionais atrelados a banco de dados ou com ferramentas de edição de imagem;
- interpretação e tratamento dos dados cartografados;
- tratamento dialectométrico (GOELBL, 1989) para verificar a difusão areal de formas e expressões linguísticas.

Algumas considerações

Obviamente, as questões aqui aventadas não são definitivas, mas sim um convite à reflexão sobre o *status* da Geolinguística no âmbito dos estudos da linguagem. O profícuo desenvolvimento e complexidade inerente a esse tipo de pesquisa tem evidenciado todo um construto metodológico que ultrapassa a

simples representação do material linguístico em mapas. Todavia, reconhece-se que o fazer geolinguístico subordina-se à disciplina da qual se originou, a Dialetoologia.

Pode-se dizer que, inicialmente, a Geografia Linguística tradicional dos primeiros atlas representava um método de investigação dos dialetos, porém, com desenvolvimento dos inúmeros atlas hoje já publicados e incremento de variáveis advindas dos estudos sociolinguísticos à investigação dialetal, a Geolinguística constitui um novo campo de estudo, um ramo dos estudos dialetais, constituindo-se, como uma subdisciplina com aspectos teóricos e metodológicos próprios. Com atlas linguísticos de natureza diversa (fonéticos, lexicais, prosódicos), áreas de abrangência (pequenos ou grandes domínios) e modos diferentes de apresentação do material cartográfico (digitais, sonoros, impressos), a Geolinguística tem se apresentado, inclusive, como uma área de investigação, principalmente, em programas de Pós-graduação, conforme levantamento de Romano (2013).

Referências Bibliográficas

AROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **A geografia lingüística do Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

BRIGHT, William (org.) **Sociolinguistics**. In.: Proceedings of the UCLA Sociolinguistic Conference, 1964, Mouton, 1966.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Geolinguística no Terceiro Milênio: Monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE**. Ano 4, N. 2, 2002. Disponível em: <http://www.gelne.org.br/RevistaGelne/arquivos/artigos/art_34a01e3a7b2f8deaa71b52a3df2d54c0_12.pdf>. Acesso em 13 ag. 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Dialetoologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. In: **Revista Delta**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica

e Aplicada. Vol.17. 2001. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502001000300003&script=sci_arttext > Acesso em: 11 de ago. 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

CHAMBERS, Jack ; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Traducción: Carmen Marán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

CONTINI, Michel. **La géolinguistique en Amérique latine**. Grenoble: Centre de Dialectologie, Université Stendhal-Grenoble 3, 2001-2002.

COSERIU, Eugenio. La geografía lingüística. *In.*: COSERIU, E. **El hombre y su lenguaje**. 2. Ed. Madrid: Gredos, 1991, p.103-158.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A Dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FISHMAN, Joshua. A. A Sociologia da linguagem. *In.*: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (orgs.) **Sociolinguística**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974 (título original, 1972), p. 25-40.

GARCÍA MOUTON, Pilar. Dialectología y geografía lingüística. *In.*: ALVAR, M. (dir.). **Manual de dialectología hispánica: el español de España**, Barcelona: Ariel, 1996, p.63-77.

GOEBL, Hans. Problèmes et méthodes de la dialectométrie. *In.*: SCHOUTEN, M. E.H.; VAN REENE, P. T. (ed.), **New methods in dialectology**, Dordrecht; Providenc, Foris Publications, 1989, p.165-184.

GUMPERZ, John J. El significado de la diversidad lingüística y cultural en un contexto post-moderno. *In.*: MUÑOZ & LEWIN (orgs.) **Investigaciones Lingüísticas 2**. Ciudad del Mexico: UAM/INAH, 1996.

IORDAN, Iorgu. **Introdução à Linguística Românica**. Tradução Julia Dias Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

KURATH, Hans *et al.*. **Linguistic Atlas of New England (LANE)**. 3 vol. Brown University Press, 1939-1943.

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**. Washington, D. C.: Center for applied Linguistics, 1966.

MARGOTTI, Felício Wessling. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. *In.*: **Anais do VIII Encontro do CELSUL**. 2008. Disponível em:<http://celsul.org.br/Encontros/08/geolinguistica_pluridimensional.pdf>. Acesso em: 12 ag. 2014.

MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. **Introdução à Linguística Românica: histórico e métodos.** São Paulo: Cultrix, Edusp, 1972.

MONTES GIRALDO, Joaquim. **Dialectología general e hispano-americana: orientación teórica, metodológica y bibliográfica.** 2. Ed. Bogotá: Caro y Cuervo, 1987.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. **Neue Wege der romanischen Geolinguistik:** akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie. Tradução de Minka B. Pickbrenner e Rita Doleres Worf. Kiel: Westensee-Verl, 1996, p. 31-51.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, v. 13, n. 2, 203-242, jul./dez. 2013.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, Rodrigo Duarte; OLIVEIRA, Nathan. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. **RELin Revista de Estudos da Linguagem.** Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n.1, p. 119-151, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, 27. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

THUN, Harald (Dir.). **Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – Norte (ADDU-Norte).** Parte cartográfica: Tomo I: Consonantismo y vocalismo del español. Fasc. A.1.: Lateral palatal (/ʎ/, <ll> y Fricativa Mediopalatal (/j/, <y>): Lleísmo, yeísmo, zeísmo y cheísmo en el español uruguayo). Kiel: Westensee-Verl., 2000. 166 p. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 10.)

THUN, Harald. A Dialetoлогия pluridimensional no Rio da Prata. *In:* STAHLZIWS, Ana Maria. **Estudos de Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2005, p.63-92.

THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. *In:* ENGLEBERT, A.; PIERRARD. M.; ROSIER, L.; RAEMDONCK, D. V. et all. (Orgs.). **Actes du XXII Congrès International de Linguistique e Philologie Romanes.** Bruxelles, 1998, 367-388.

VALCÁRCEL RIVEIRO, Carlos Da dialetoлогия á xeolinguística. *In:* ENGLEBERT, A.; PIERRARD. M.; ROSIER, L.; RAEMDONCK, D. V. et all. (Orgs.). **Actes du XXII Congrès International de Linguistique e Philologie Romanes.** Bruxelles, 1998, 389-398.

ZÁGARI, Mário Roberto. Os falares mineiros: Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. *In:* AGUILERA, V. de A. **A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer.** Londrina: EDUEL, 2005, p.45-72.